

STJ00100406

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN

Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa

**A CORRUPÇÃO E A TUTELA PENAL
DOS BENS COLETIVOS**

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre / 2015

© José Alexandre da Silva Zachia Alan

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A319c Alan, José Alexandre da Silva Zachia
A corrupção e a tutela penal dos bens coletivos / José
Alexandre da Silva Zachia Alan. – Porto Alegre : Sergio
Antonio Fabris Ed., 2015.

167 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-633-6

1. Corrupção Administrativa : Brasil. 2. Crime
Contra à Administração Pública : Brasil. 3. Bem Jurídico
: Interesse Coletivo. 4. Probidade Administrativa. I.
Título.

CDU – 343.352

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte:

PENA – Composição e Arte

CNPJ 94618667/0001-04

Porto Alegre - RS

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial à

SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Riachuelo, 1238

CE 90010-273

Fone: (51) 3227-5435 (Geral)

email: fabriseditor@terra.com.br

www.fabriseditor.com.br

Porto Alegre - RS

ÍNDICE

Apresentação	11
Introdução	13
Primeiro capítulo	
Considerações iniciais sobre o fenômeno da Corrupção	15
1. Definindo os desafios	15
2. Conceitos de partida	16
2.1. Primeiras considerações.....	16
2.2. A legitimação do direito para Habermas e as atitudes desonestas.....	22
3. Desafiando as causas da corrupção no Estado Democrático de Direito atual	26
3.1. Corrupção e constituição do Estado	26
3.2. Evolução do Estado e avanço da corrupção. Globalização, exclusão social e agigantamento das atividades estatais.....	28
3.3. Estatização, centralização e práticas corruptas.....	34
4. Impactos decorrentes das práticas corruptas	40
4.1. Impactos econômicos e de mercado	40
4.2. Outros impactos	46

Segundo Capítulo

Discussões acerca do bem jurídico protegido pelos crimes de corrupção	47
1. A necessidade de desconstruir o bem jurídico tradicionalmente proposto para os crimes de corrupção	47
2. Desenvolvimento da ideia de bem jurídico	50
2.1. Breve análise evolutiva do conceito de bem jurídico	50
2.2. A teoria do bem jurídico na atualidade. O estabelecimento de um contorno constitucional	58
2.3. Relações entre a teoria dos direitos fundamentais e a teoria do bem jurídico	64
2.3.1. Ordenação axiológica dos valores constitucionais	65
2.3.2. Direitos fundamentais e deveres de proteção	72
2.3.3. Ponderações ligadas à teoria dos direitos fundamentais constitucionais e a correspondência com o “harm principle”	76
3. Críticas modernas ao funcionamento do conceito de bem Jurídico	79
3.1. Os detratores da ideia do bem jurídico	79
3.2. Do pensamento de Hirsch. Bens jurídicos imanentes	80
3.3. As grandes normas de comportamento de Stratenwerth	83
3.4. O funcionalismo sistêmico de Jakobs	92
3.5. Conclusões	95

Terceiro Capítulo

Os novos bens jurídicos	97
1. O giro do surgimento dos novos bens jurídicos	97
2. Do interesse individual ao interesse coletivo. Classificações Possíveis	104
2.1. Interesses sociais, gerais e públicos	104
2.2. Interesses e sua amplitude referencial	106
2.3. Interesses coletivos ou de grupos. Divisões possíveis	108
2.4. Características particulares dos interesses propriamente Coletivos	112

3. Conversão dos interesses coletivos em bens jurídicos coletivos	117
3.1. Bens coletivos ou bens públicos	117
3.2. Bens jurídicos coletivos e suas classificações possíveis	121
4. Visões resistentes à intervenção do direito penal no domínio dos interesses coletivos.....	129
4.1. Hassemer e os bens jurídicos pessoais	129
4.2. Silva Sánchez e as múltiplas velocidades.....	131
Quarto Capítulo	
A Probidade Administrativa por novo interesse	135
1. A reconstrução do bem jurídico	135
2. Da produção do interesse coletivo e do custo da manutenção do bem jurídico daí advindo	138
3. Novas perspectivas de lesão ao bem jurídico	140
4. Qual a ligação do <i>free rider</i> com o fenômeno da corrupção?	145
4.1. Definições para partida	145
4.2. A ameaça do “free rider” ao bem jurídico da probidade administrativa	150
5. Arremate do capítulo	154
Conclusões	157
Bibliografia	159